

FRIMASTER PARTICIPAÇÕES S/A - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução do crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.8 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O método de avaliação dos estoques é o custo médio de aquisição. **2.9 Propriedades para investimentos:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimentos são reconhecidas ao método do custo que compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas/despesas" na demonstração do resultado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil
Imóveis	25 anos
Beneficiárias em propriedade de terceiros	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Veículos	05 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	05 anos

2.11 Intangível: a. Softwares: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares por até cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em cinco anos. **2.12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos de curto prazo. O pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.13 Provisão para litígios:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor contábil para liquidar a obrigação presente no final do período. **2.14 Impostos: a. Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: · Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; · Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e · O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas são reconhecidas sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas médias:

	Alíquotas praticadas
IPI - Imposto sobre produto industrializado	0,00% a 35,00%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	4,00% a 20,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3,00% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% a 1,65%
ISS - Impostos sobre serviços	2,00% a 5,00%
ICMS ST	0,20% a 13,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **b. Imposto de renda e contribuição social correntes:** Lucro Real: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são reconhecidas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Lucro Presumido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no faturamento, onde a presunção para o imposto de renda é de 8% e para a contribuição social é de 12%, após a redução da presunção é aplicada as alíquotas de de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **c. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baseado na extensão em que não é mais provável que os lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. **2.15 Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem um plano de remuneração fixa (salários, férias, 13º salário, INSS e FGTS), plano de saúde e assistência médica e social. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base na taxa de juros média praticada pela Companhia nas suas operações de compra e venda a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber, quando aplicável, se dá em contrapartida da receita bruta no resultado, a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira, e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. O ajuste a valor presente de compras, quando aplicável, é registrado nas contas de fornecedores, estoque e custos, a sua realização tem como contrapartida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores. **2.17 Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistêmica nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas. **2.18 Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por

qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: · Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); · Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1); · Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); · IFRS 17 Contratos de Seguros; · Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); · Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3. Estimativas e julgamentos contábeis: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 16:** Operações de risco sacado: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa; **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: · **Nota explicativa 9 -** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

4. Gestão de risco financeiro: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou qualquer ativo de risco. Os resultados obtidos com operações desta natureza são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos da Companhia são descritas a seguir: **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas operacionais de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras avaliadas e aprovadas pela Administração. Para contas a receber por vendas a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6. **b. Risco de preço das mercadorias vendidas:** Decorre da possibilidade de oscilações dos preços de mercado das mercadorias comercializadas pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados, buscando antecipar-se a movimentos de preços. **c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **d. Instrumentos financeiros e depósitos em bancos:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras consideradas de primeira linha autorizadas e aprovadas pela administração objetivando minimizar a concentração de riscos e mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. **e. Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado periodicamente pela tesouraria, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia. A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 com base nos pagamentos contratuais não descontados:

	Menos de 3 meses		3 a 12 meses		Mais de 5 anos		Total
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21	
Exercício findo em 31/12/22							
Empréstimos	145.465	222.891	231.954	-	600.310	-	600.310
Fornecedores	300.788	134.536	8	-	435.332	-	435.332
Exercício findo em 31/12/21							
Empréstimos	187.812	110.340	201.432	-	499.584	-	499.584
Fornecedores	226.202	195.560	1	-	421.763	-	421.763

f. Taxas de câmbio: A Companhia, em relação aos empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 13), está exposta às variações do Real (moeda corrente e de apresentação - BRL) em relação ao Dólar. **g. Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. **h. Instrumentos financeiros não circulantes:** A Companhia opera com derivativos objetivando reduzir os riscos de suas operações de empréstimos em moeda estrangeira através da contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco. A atuação da Companhia com derivativos dessa natureza está resumida à utilização de operações no mercado de balcão, como forma de reduzir a exposição ao risco cambial, não sendo utilizadas para fins especulativos. O resultado financeiro obtido nesse tipo de transação é reconhecido contabilmente no ativo e passivo em conta específica e em contrapartida à rubrica de "Receita ou despesa financeira" no resultado do exercício (nota explicativa nº 22). **4.1 Classificação dos instrumentos financeiros – Consolidado:**

	Em 31 de dezembro 2022		Em 31 de dezembro 2021	
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.465	-	24.184
Contas a receber	-	227.229	-	209.790
Adiantamento a fornecedores	-	77.009	-	102.869
Outras contas a receber	-	18.324	-	17.906
Instrumentos financ. derivativos	-	-	3.489	-
Total	-	346.027	3.489	354.749
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	435.332	-	421.763
Adiantamento de clientes	-	11.295	-	11.295
Outros passivos circulantes	-	9.956	-	9.956
Empréstimos	-	600.790	-	499.584
Passivos de arrendamento	-	110.711	-	89.116
Instrumentos financ. derivativos	6.849	-	-	-
Total	6.849	1.515.083	-	1.387.816

4.2 Análise de sensibilidade: A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros:

	Projeção				
	2022	Risco	Provável	25%	50%
Ativos financeiros	20.765	23.429	22.763	22.763	22.098
Aplicações financeiras - caixa e equivalente de caixa	20.765	CDI	23.429	22.763	22.098
Passivos financeiros	600.790	526.360	537.574	548.788	
Financiamentos e empréstimos em dólar/Euro	119.138	Libor	120.472	120.139	119.805
Financiamentos e empréstimos em reais	359.734	CDI	405.888	417.435	428.983
Financiamento operações c/ risco sacado (i)	12.918	n.a.	-	-	-
Exposição líquida					
No resultado		(44.713)	(56.565)	(68.414)	
Índices utilizados					
CDI - aplicação financeira	Redução da taxa	12,83%	9,62%	6,72%	
Libor	1,12%	0,84%	0,56%		
CDI - financiam. e empréstimos	Incremento da taxa	12,83%	16,04%	19,25%	

(i) As operações com risco sacado não sofrem influência da variação de índices de mercado pelo fato da taxa aplicada estar vinculada ao momento do fechamento da operação. A taxa DI refere-se à relação entre a apuração oficial da CETIP (do dia 31 de janeiro de 2023) e a taxa SELIC atual aplicada sobre a projeção da taxa SELIC média para os próximos 12 meses. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de swap de parte de seus financiamentos em moeda estrangeira, a seguir é apresentada a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022, o valor da exposição líquida vinculada a moeda estrangeira, apurado às seguintes taxas de câmbio: Euro 5,57 e Dólar 5,22, é representado por:

	2022	2021
Financiamentos e empréstimos em Euro - EUR	9.690	-
Financiamentos e empréstimos em Euro - BRL	53.974	-
Financiamentos e empréstimos em dólar - USD	12.484	19.040
Financiamentos e empréstimos em dólar - BRL	65.122	106.241
Exposição líquida BRL	119.138	106.241
US\$	5,22	5,48
EUR	5,57	5,32

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuiu exposição na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio. A análise de sensibilidade das taxas cambiais utilizou como cenário provável as cotações em 17 de março de 2023, e os cenários possível e remoto levam em consideração uma variação nessa cotação de 25% e 50%, respectivamente. Para cada cenário foi calculado o resultado financeiro bruto não levando em consideração a incidência de tributos. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	2022	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		25%	50%	
Exposição líquida à moeda estrangeira				
Valorização do euro	16.184	38.650	61.117	
Desvalorização do euro	-	(6.283)	(28.940)	
Valorização do dólar	16.184	38.650	61.117	
Desvalorização do dólar	-	(6.283)	(28.940)	
EUR – valorização	5,61	5,61	-	-
EUR – desvalorização	5,57	-	-	-
USD – valorização	5,26	5,26	3,55	2,37
USD – desvalorização	5,22	-	5,91	7,10

Caixa e bancos	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	28	14	2.700	1.373
Aplicação financeira	-	-	20.765	22.811
Total	28	14	23.465	24.184

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, com rentabilidade no ano de 2022 65% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (65% para o exercício findo em 2021).

6. Contas a receber: O contas a receber da Companhia é assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes	8	8	279.177	263.959
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(46.503)	(47.309)
			(4.445)	(6.860)
Ajuste a valor presente	-	-	6.849	-
Total	8	8	227.229	209.790

Em 31 de dezembro, a análise do contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
A vencer	224.255	204.270
Vencidos	-	-
De 1 a 30 dias	3.684	8.656
De 31 a 60 dias	1.414	651
De 61 a 90 dias	1.823	1.690
De 91 a 120 dias	464	421
De 121 a 180 dias	567	830
Acima de 180 dias	46.870	47.441
Total	279.177	263.959

Amovimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é assim demonstrada:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	(4.309)	(46.308)
Adições/reversões	(2.117)	(1.098)
Recuperações/realizações	97	97
Saldo no final do exercício	(46.503)	(47.309)

Amovimentação do ajuste a valor presente segue abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	(6.860)	(5.708)
Adições/reversões líquidas		